

SOBRE AS ORIGENS DE UMA LITERATURA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA : RAÍZES E CONSCIENCIALIZAÇÃO

ILÍDIO ROCHA
Escritor

1. O primeiro escritor de língua portuguesa nascido em Moçambique era, sobretudo, poeta. Prenunciava o que viria depois : Moçambique, terra de poetas, quase não tem prosadores. Chamava-se esse pioneiro José Pedro da Silva Campos Oliveira, nasceu numa localidade fronteiriça à Ilha de Moçambique, de nome Cabaceira, em 1847, era filho de gente abastada e ao que parece também ali nascida, tentou sem êxito um bacharelato em Coimbra, virou funcionário público primeiro na Índia e depois em Moçambique, colaborou no *Almanaque de Lembranças*, publicou no seu país natal um jornal literário — o primeiro¹ — e compunha sonetos ou versos aparentados a uma distante e ingrata amada, às crianças, a Deus.

Um século depois do nascimento de Campos Oliveira que versejava pela bitola do *Almanaque de Lembranças* de larga circulação nas colónias portuguesas e de influência conhecida, o mais importante jornal de Moçambique, o *Noticias*, publicava sonetos na sua primeira página, quase sempre piores do que os do poeta da Cabaceira, escritos por brancos como ele, cantando como ele amores impossíveis e criancinhas irreais ou, quando muito, a moça negra que passa, *tanagra de ébano polido* ou uma África que de semelhança com a real apenas tem as *palmeiras balouçando ao vento* ou a selva *onde sozinha, à noite anda rugindo ... a fera*. Flocloro no mau sentido da palavra, a África e o negro vistos de fora, bizarros, sem alma, sem vida própria, paisagem tão somente.

2. No acaso de este entrementes de quase um século de literatura abusivamente classificada de moçambicana, mas sintomaticamente chamada por críticos e concursos oficiais de « literatura colonial », aconteceram dois ou três rebates mais ou menos falsos.

1909, uma comissão maçónica chefiada pelo « herói da paci-
ência » major Roque de Aguiar, financiou a criação de um jornal
dedicado à população não branca, alfabetizada, cuja maioria esmagadora
é de mulatos como mulatos são os irmãos Albasini: postos a
frente do novo periódico, *O Africano* de seu título. (José Albasini era
despachante oficial e seu irmão João era funcionário dos Caminhos de
Ferro; eram netos de João Albasini, negociante e cônsul português na
primeira República do Transvaal.) Poucos anos depois, *O Africano* era
o jornal mais lido em Moçambique, mas a sua temática pouco ou nada
tinha a ver com o nome e a maioria dos seus leitores era branca.
Em 1918, os irmãos Albasini — tidos, creio que muito abusivamente,
como os primeiros jornalistas defensores dos interesses das populações
de cor — vendiam *O Africano* e fundavam *O Brado Africano*, que se
anunciava como órgão do Grémio Africano e apresentava o subtítulo
de *Semanário em prol do progresso, instrução e defesa dos naturais*
do Ultramar. O sistema, como se vê pelo anúncio que usa a linguagem
no ponto de vista de Lisboa — ver *Ultramar* — não era posto em causa.
Nem podia. No Grémio Africano, os irmãos Albasini foram entrar-se,
para a feitura do jornal, a Estácio Dias, funcionário público, e, mais
tarde, ao Dr. Karel Pott, advogado e filho do cônsul holandês que reco-
lheu Kruger e tratou do seu exílio para a Holanda. Todos mulatos e
educados nas escolas da Maçonaria, instituição dirigida pelos seus pais
brancos, como mulatos eram os restantes membros, *naturais do Ultra-*
mar, daquele Grémio Africano onde os negros não podiam entrar.
Todos pertencentes a uma elite que, pelo menos até 1933, ano em que
a Maçonaria foi dissolvida, tinha o estatuto dos pais — de brancos,
portanto — e destacando-se entre estes pelas suas proezas nos des-
portos, na dança e no amor.

Dizer-se, portanto, que nasceu aí um jornalismo moçambicano,
« revoltado », mesmo que entre aspas, e anti-colonial, é desconhecer
completamente o meio social em que se desenvolveu e os valores
que defendia. É esquecer, por exemplo, que os brancos de Moçambique,
muitos deles casados com mulheres de cor, constituíam então uma
burguesia em ascensão, radicada, que nunca pôs em causa o colonia-
lismo, mas que esteve sempre em oposição, através inclusivamente da
sua imprensa, ao Governo de Lisboa, mas apenas por este com ela
deixar concorrer os interesses do comércio metropolitano ou a mandar
atacar pelo fisco. E fizeram-no sempre mais violentamente que seus
filhos mulatos, instalados os mais deles no funcionalismo, quiçá mais
burgueses que os pais, mas agora gabados pelos seus *Africanos*, *Brados*
e *Clamores*.

3. Um outro trombeteado acontecimento nasceu com a estreia na revista *Miragem*, em 1931, de um poeta muitas vezes apresentado como negro, mas na realidade mulato e integrante do grupo social de que já falámos. (Coincidentemente, a estreia deu-se quando aquela revista semanal da então cidade de Lourenço Marques era dirigida por dois destacados maçons: José Rodrigues Júnior, grande amigo e colega do poeta, e o capitão António Pereira Galante).

Chamava-se o poeta Ruy de Noronha, viveu de 1909 a 1943, foi funcionário público — estava, portanto, do lado da administração em seus réditos — e também fazia sonetos a amores impossíveis, situando-se num segundo romantismo tardio, de forma e conteúdo a denunciarem quase em excesso as influências de António Nobre, de António Feijó e até de Antero de Quental. Como uma das suas muitas paixões extra-conjugais brancas não correspondesse aos seus sonetos e suspiros, deixou-se morrer de amor aos 34 anos.

Agarraram-se a esta excepção que lhes apaziguava as almas todos os defensores da dita « literatura colonial ». Disputaram-lhe mesmo a carniça, depois de morto, anos a fio, em entrevistas, artigos e livros, tudo mais ou menos oficial ou oficioso. E que, ó sorte, para além dos sonetos que lhe encheram um livro póstumo de zaragateado apadrinhamento e algumas perfídias, o mulato (dito negro quando convém) escrevera um poema baseado no antigo ritual ronga-changane da apresentação de um recém-nascido à Lua: *Quenguêlêquêze!* Poema que, no dizer de um crítico metropolitano citado por Rodrigues Júnior no *Notícias* mas sem lhe escrever o nome, era a *primeira manifestação de uma verdadeira poesia moçambicana*: Fácil é de ver, mais uma vez, o folclore visto por brancos, turistas de passagem, mesmo que meio negro o seu autor. Conhecido do rito por via de leituras, que não pela vivência, ficou-se do lado de fora a ver *Danças fantásticas / Punham nos corpos vibrações elásticas; / Febris, / Ondeando ventres, troncos nus, quadris!*...

O poema fora publicado no *Brado Africano*, jornal da burguesia mestiça de que já falámos, na qual Ruy de Noronha se integrava, e a cujas colunas o poeta se acolhera após ter deixado de publicar-se a *Miragem* do seu colega e grande amigo Rodrigues Júnior.

4. E era isto a literatura em Moçambique, desde que em 1868, no primeiro jornal não oficial da Colónia, *O Progresso*, José Pedro Campos Oliveira se estreia como poeta na sua terra — já publicara versos, crónicas, um « romance » e almanaques em Goa — até aos sucesos atrás resumidos cujos assim eram ainda por volta de 1945 ou 1946.

Ora foi exactamente à roda de 1945-46 que a adversidade atira para Moçambique com um *cavaleiro de esperanças, sonhador irremediavel-*

mente adolescente, *D. Quixoté a perseguir, de peito em chama, mil formas de perdurar no mundo dos vivos*. Estou a citar Fernando Namora, que no seu livro *Um Sino na Montanha*⁴ explica como foi que esse *beirão cismático, de um lirismo destemperado*, de nome Augusto dos Santos Abranches, fundou em Coimbra a Portugália Editora, cujas iniciativas lançaram nomes como os do próprio Fernando Namora, de João José Cochofel, de Políbio Gomes dos Santos, de José Marmelo e Silva e de alguns mais, no que viria a ser o fermento de *coleções* — e continuamos a citar Namora — *que deram um cariz diferente à vida intelectual portuguesa*. Nascia pela mão desse visionário que *escrevia poemas, contos, ensaios, numa desgovernada prolixidade*, desenhava, experimentava novas técnicas de gravura e até pintava, para além de ler livros sobre livros, em febre, em urgência, sempre, nascia pela sua mão, dizíamos, a possibilidade do livro, da revista⁵, dos cadernos⁶, para os primeiros do grupo de Coimbra dos que vieram a chamar-se os neo-realistas.

Foi esse combatente, levando na bagagem dois livros de poemas e um de teatro editados na sua batalha de Coimbra e a antologia *Poetas Novos de Portugal*, de Cecília Meireles⁷, onde vinha incluído, que um dia desembarcou em Moçambique, maltratado da vida, mas sempre *cavaleiro de esperanças*. Empregou-se numa livraria, a maior da terra, e logo através dela editou um *Contorno de Eça*⁸ em comemoração atrasada do centenário do grande escritor. Dedicou-o ao livreiro e bibliófilo, republicano liberal e dirigente mação que lhe dera emprego — João António de Carvalho — e também ao director e proprietário do tal já falado *Notícias*, o capitão Manuel Simões Vaz, mação também, pelo que o livreiro muito deve ter tido a ver com o primeiro moinho a que o Abranches se atirou em África: um suplemento literário, mais a mais a chamar-se *Sulco*, instalado entre as páginas do jornal oficioso, o primeiro verdadeiramente complacente com a ordem estabelecida e soneto de amor na portada como já dissemos.

O Abranches era tudo no *Sulco*; escrevia, desenhava, gravava linóleos, paginava mas, mais importante, abria portas para a letra de forma aos novos, desafiava os amigos de Portugal a mandarem-lhe artigos e poemas, permutava o suplemento com iniciativas semelhantes de Cabo Verde, de Angola, do Brasil. Entreabria janelas para terrenos insuspeitados e empurrava para essas nêgas de luz os olhos dos jovens que ia conhecendo: negros, mulatos, indianos, brancos. A iniciativa, naturalmente é por motivos óbvios, durou pouco. Mas o rastilho ficou aceso, e tão forte e longo, que oito a dez anos depois testemunhei ainda a chegada ao *Notícias* de correio, jornais, revistas literárias, livros, dirigidos ao *Sulco* ou ao Abranches. Iam de Portugal, de Cabo Verde, de Angola, do Brasil.

O *Sulco* deixa de publicar-se, que não morre como vimos, mas Santos Abranches não desarma. Ao balcão da livraria faz saber, aos interessados, dos neo-realistas portugueses; mas conhece-lhes os problemas e encaminha-os para temas mais afins: os dos brasileiros da denúncia social do Nordeste (Graciliano Ramos, Jorge Amado, Lins do Rego) ou outros como os tratados por Steinbeck nas *Vinhas da Ira*. Tudo em edições brasileiras idas de barco juntamente com *O Cruzeiro* e outras revistas do Rio de Janeiro. (E não foram menos lidos e digeridos os cronistas espantosos então a pontificar naquele semanário carioca). Quando o esfomeado de ler não tinha dinheiro, o Abranches emprestava, fazia circular, dava o que comprava com custo, generoso, sempre sem cuidar de si.

Entretanto, na capital de Moçambique, uma *Publicação mensal de letras, arte, ciência e crítica, o Itinerário*, deixara de publicar-se. Com o fogo ateadado pelo Abranches volta a aparecer. Nas suas colunas podem ler-se, entre outros, Sidónio Muralha, Miguel Torga, Casais Monteiro. E, logo a seguir, um dos novos poetas de Moçambique: Fonseca Amaral. Estávamos a deixar 1946.

5. Com 1947, cem anos exactos sobre o nascimento do primeiro escritor de língua portuguesa natural de Moçambique, a página dos sonetos de amor e do negro-paisagem vai ser voltada. E por Augusto dos Santos Abranches. O nosso *cavaleiro de esperanças*.

A Sociedade de Estudos de Moçambique, uma « academia » de brancos fundada em 1930 e até então ocupada apenas com ciências ou técnicas como a matemática, a geologia, a medicina tropical, as engenharias, cria uma Secção de Literatura. O Abranches, atento, salta-lhe para dentro. Meses depois, em Setembro de 1947, essa Sociedade realiza o seu primeiro Congresso. Augusto dos Santos Abranches inscreve-se com duas teses: *Moçambique lugar para poesia* e *Sobre « Literatura Colonial »*.

Assinalemos as datas, que foram decisivas para a história literária da ex-colónia portuguesa: a primeira foi lida no dia 8 de Setembro de 1947, de tarde, e a segunda no dia 11, de manhã.

Desprevenidos, os críticos oficiais não se aperceberam muito bem onde queria chegar a primeira e dedicaram-lhe meia dúzia de linhas — aliás tiradas da própria comunicação — no *Notícias* de 9 de Setembro. Nesse respigo, o Abranches falava na necessidade de conhecer *da existência do negro o seu aspecto humano*, mas parece não terem dado por nada.

Mas já não sucedeu a mesma desatenção com a segunda tese — *Sobre « Literatura Colonial »* — a cuja leitura foram assistir, de faca na liga, os sonetistas da primeira página do *Notícias* e mais os premiados

pela Agência Geral das Colónias no seu concurso de « Literatura Colonial ». Augusto dos Santos Abranches nega-lhes nas bochechas a existência de uma verdadeira « literatura colonial » portuguesa (exceptua Fernão Mendes Pinto e Castro Soromenho, este com restrição, e não considera literatura colonial as crónicas de viagem), afirmando-lhes peremptoriamente não haver ainda literatura moçambicana⁹. E vai-se à falada « literatura colonial » para dizer entre outras coisas quiçá mais duras de digerir por aquele bando de literatos espantados :

« abra-se um livro e veja-se. Repara-se nos personagens apresentados — brancos e pretos, como sempre tão distintamente são descritos! Siga-se-lhes as acções e as reacções, meça-se-lhes os pensamentos. De brancos e pretos, o que se encontra de íntimo, de particular a cada um? Nada. Apenas o exterior das pessoas, o descritivo da paisagem, se acaso, há paisagem. Unicamente o preconceito de cor, do pigmento da pele, e das ideias feitas.»

Adverte à laureada plateia de que uma verdadeira literatura moçambicana terá de ser feita por africanos, uma

« literatura onde o negro falasse e expandisse com a mesma verdade psicológica, emotiva e social como a do europeu.»

Cita o exemplo da literatura negra norte-americana, através da qual,

« pelas suas obras, pelas suas realizações se pode compreender para onde e como o caminho da literatura africana se rasgava um dia.»

E termina :

« Este sentir, neste caso conhecer o que ainda não conhecemos, está-se impondo como um dos mais fortes prenúncios de futuro a que o homem não se poderá furtar! »¹⁰

Relembro que corria ainda o ano de 1947 e que o folheto *Poesia negra de expressão portuguesa*, de Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade¹¹, aliás circulado em Moçambique pelo Abranches, sempre ele, só sairia em 1953. Daí a estupefacção e a indignação da plateia perante o desaforo, daí a reportagem agora já atenta do *Notícias* do dia 12 de Setembro, com título e texto em primeira página e a escorrer para dentro em mais duas colunas. *A literatura foi o prato forte do dia de ontem no Congresso da Sociedade de Estudos*, dizia o título, que a notícia abria logo a espadeirar : *Sobre « Literatura Colonial », falou o Sr. Augusto dos Santos Abranches, que foi atacado, com ironia contundente, pelo Sr. Eduardo Correia de Matos ...* O Sr. Eduardo Correia de Matos era um dos laureados com o prémio de « Literatura

Colonial », pelo que se percebe a sua contundência e o destaque e espaço que lhe dava o *Notícias*. E foi de tal forma o reagir, que o presidente da sessão, houve por bem encerrar o debate e espalhar cautelas e água na fervura. Segundo o *Notícias*, o presidente frisou que o Sr. Abranches não procurara ferir nem os literatos premiados em literatura colonial, nem os jurís, nem o governo que criara os concursos ... O discurso do presidente, a avaliar pelo espaço que o jornal lhe dedica, foi longo e sempre num estilo meio incomodado meio conciliador. Via-se que adivinhara onde ia dar o rastilho que se acendera.

6. É que nada ia ficar na mesma. As « glórias » passaram a ser contestadas pelos novos e uma poesia realmente moçambicana ensaiava passos decisivos. Diz-nos o exemplar, oferecido pelo Abranches — mais uma vez ele — da edição ciclostilada, clandestina, dos poemas de Noémia de Sousa¹², que os versos mais antigos dessa colectânea da jovem poetisa negra — firme primeiro passo de uma poesia nova — têm a data de 1 de Dezembro de 1948, a maioria são de 1949 e os seus poemas *Magaiça* e *Dêixa passar o meu povo*, únicos poemas moçambicanos incluídos na já citada antologia de Tenreiro e Pinto de Andrade, foram escritos em Janeiro de 1950. Pelas dedicatórias, ao José Craveirinha, ao João Mendes, ao Duarte Galvão (Virgílio de Lemos), ao Rui Guerra, ao Ruy Knopfli e também à memória de João Dias, vemos que se formava já um grupo tentando consciencializar-se.

Pelos versos, que citam e até são às vezes dedicados a Jorge Amado, que falam do Carnaval do Rio, do Harlem e dos cantores de jazz americanos, compreendemos o quanto do caminho preconizado e facilitado pelo Abranches fora seguido. E sentimos-lhes as raízes, quiçá mais claras num Rui Nogar (Moniz Barreto) ou num José Craveirinha, que ficaram e continuaram: os neo-realistas portugueses, a prosa dos brasileiros da denúncia nordestina, a poética em muito de Jorge Amado dessa altura e as crónicas e às vezes crónicas-poema do *Cruzeiro* e da *Manchete* (Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Fernando Sabino, Rubem Braga e, até, Manuel Bandeira). Raízes que deram como fruto uma poesia ainda hoje talvez mais de Moçambique do que moçambicana — mas declaradamente de denúncia do colonialismo e do racismo e agora sim, definitivamente, não « colonial ».

A propósito daquelas raízes exteriores, brasileiras no caso e na sua maioria, pergunto com Mário Dionísio quantos dos neo-realistas portugueses as não tiveram também, mesmo que em menor grau?¹³

E a prosa? Em 1949, Rui Guerra, então ainda muito jovem, ensaia alguns contos curtos (inspirados em Zavattini?) que não têm continuação. Em 1952, um grupo de estudantes universitários moçambicanos edita em Coimbra o livro *Godido* do seu ex-colega João Dias, morto

de tuberculose em Lisboa, três anos antes¹⁴. Trata-se de contos escritos no final dos seus escassos vinte e dois anos de vida. Filho do jornalista mulato Estácio Dias, de quem já falamos a propósito do *Brado Africano*, estudante universitário em Coimbra e em Lisboa, João Dias começava então a trilhar um caminho que levaria quase de certeza a uma afirmação como verdadeiro prosador moçambicano. O grupo de que emerge pioneira Noémia de Sousa conhece-lhe os escritos, pelo menos já em 1950, mas o exemplo não foi seguido¹⁵. Seria necessário esperar 1964 e a edição do livro de contos *Nós matamos o cão tinhoso* do negro ronga Luís Bernardo Honwana¹⁶, para ler a primeira autêntica prosa africana de expressão portuguesa escrita em Moçambique e de um ponto de vista moçambicano. Só que, em prosa, a literatura moçambicana ficou praticamente por ali.

7. Assim, teremos de voltar à poesia e ao Augusto dos Santos Abranches. Tal como em Coimbra, o Abranches cuidou dos outros mais do que de si, e fê-los publicar, sempre que apanhava a censura distraída e um espaço que ele próprio abria: no *Agora*, semanário de 1948 de que foi chefe da redacção e que o Governo da Colónia suprimiu ao décimo sétimo número; no *Itinerário* que por mais de uma vez conseguiu que renascesse nem se sabe por que artes; numa página literária dominical do diário *Guardian*, em 1949; na *Tribuna* de 1951 por onde também andou metido; e nas folhas de Angolas e Brasis onde tinha acesso por direito e teimosia. Ele que, como diz Fernando Namora, *nunca deixou a sua candeia apagar-se*.

Em 1956, acossado por azares e pides, desandou para o Brasil, onde viveu ainda cerca de dez anos, expedindo cartas, esperanças, sonhos e projectos, sabe-se lá a que pão roubado o dinheiro dos selos. Mas deixara para trás, nascida, uma poesia moçambicana afirmadamente não colonial, graças ao fermento que dela foi a sua militância quixotesca, teimosa e alumiadora. Daí que essa poesia — e com ela a literatura moçambicana não colonial — tenha data de nascimento, 8 de Setembro de 1947, e padrinho, Augusto dos Santos Abranches.

Daquela data para a frente, pôde escrever-se com Noémia de Sousa, em consciência, mesmo que clandestinamente: *Oh deixa passar o meu povo!*

— — —

NOTAS

1. *Revista Africana*, Moçambique, 1881 (n.º 1 a 3), 1885 (n.º 1 e 2), e 1887 (n.º 2).
2. A *marrabenta*, dança moçambicana tida como negra, é uma criação dos anos 30 do mulato Jaime da Graça Paixão, conhecido por *Zagueta*, nos bailes dos bairros brancos onde os mestiços se movimentavam então como estrelas. *Zagueta* era, no dizer de José Craveirinha, « emérito pugilista, emérito futebolista, emérito bailarino e emérito amoroso ». O vocábulo *marrabenta* é formado da corruptela da palavra portuguesa *arrebenta* e do prefixo ronga *ma* (prefixo verbal para a terceira pessoa do plural) e era o grito de incitamento aos bailarinos lançado por *Zagueta*.
3. O rito *Quenguêlêquêze* de apresentação do recém-nascido à lua vem descrito na obra do missionário suíço Henri A. Junod, *The Life of a South African Tribe*, traduzida para português sob o título de *Usos e Costumes dos Bantos* (tradução feita da edição francesa), e editada pela primeira vez em Neuchatel, em 1912. Quando Ruy de Noronha tomou conhecimento daquele rito já o mesmo se não praticava. Junod recolheu os elementos para aquele importante trabalho durante a sua estada no Sul de Moçambique, como missionário, de 1887 a 1909, ano em que nasceu Ruy de Noronha. É interessante cotejar a descrição do rito feita por Junod com o poema de Ruy de Noronha.
4. Fernando Namora, *Um Sino na Montanha*, 5.ª ed., pp. 255-265, Livraria Bertrand, Amadora, 1979.
5. *Altitude*. Boletim de literatura e arte. Coimbra, n.º 1, Fev. 1939; n.º 2, Abril 1939. Directores: João José Cochofel, Coriolano Ferreira, Fernando Namora e Joaquim Namorado. Editor: Augusto dos Santos Abranches. Colaboradores, além dos directores e do editor: Manuel da Fonseca, António Prado, Carlos de Oliveira, Afonso Ribeiro, António Ramos de Almeida, Manuel de Azevedo e Mário Dionízio.
6. *Cadernos da Juventude*. Coimbra (só foi publicado um número, do qual, segundo Namora, escaparam três exemplares — os restantes foram queimados no pátio do Governo Civil). Directores: Joaquim Namorado, Políbio Gomes dos Santos, João José Cochofel e outros. Editor: Augusto dos Santos Abranches.
7. Cecília Meireles, *Poetas Novos de Portugal*, pp. 10 e 304. Edições Dois Mundos, Rio de Janeiro, 1944.
8. Augusto dos Santos Abranches, *Contorno de Eça*. Desenho da capa do Autor. 43 p. Minerva Central, Lourenço Marques, 1946.
9. De língua portuguesa, claro, pois já existiam então manifestações importantes de literatura escrita em changane. Embora acredite que nem Augusto dos Santos Abranches nem o seu público daquele congresso as conhecessem. As manifestações literárias em línguas locais foram sempre « desencorajadas » pelas autoridades portuguesas e « viviam » na clandestinidade ou ... no estrangeiro. A língua changane abrange uma área populacional importante do Sul de Moçambique e do Transval do Norte (África do Sul).